



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (18-11-2024)

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas e dez minutos, realizou-se a trigésima sétima reunião ordinária presencial e por videoconferência na Câmara Municipal de Mariana. **Estiveram presentes:** os Vereadores Adimar Cota, Ediraldo Ramos, Edson Agostinho, Fernando Sampaio, João Bosco, José Antunes, José Sales, Juliano Vasconcelos, Manoel Douglas, Marcelo Macedo, Mauricio Borges, Pedro Ulisses, Ricardo Miranda, Ronaldo Bento e a Vereadora Sônia Azzi. O Presidente, Edson Agostinho de Castro Carneiro, cumprindo o Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. Seguidamente, o Presidente consultou os Vereadores se queriam fazer a leitura da **Ata da trigésima sexta reunião ordinária**, realizada no dia onze de novembro de dois mil e vinte e quatro ou fazer alguma ressalva, **não havendo manifestação contrária, a ata foi aprovada por unanimidade.** O Presidente convidou o Vereador eleito para a Legislatura 2025 a 2028 Valmir do Gesso para que fizesse parte do Plenário. Ato contínuo, solicitou a secretária a **Leitura da Correspondência:** **Convite:** “A sociedade musical de oito de dezembro tem a honra de convidar para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Espaço Cultural Altair José Nunes (futura sede da banda), no dia 08 de dezembro de 2024 às 16h, na Rua Santa Cruz, 356, Cachoeira do Brumado”. **Leitura do Projeto de Lei: Projeto de Lei nº 87/2024 (autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo):** “Dá denominação oficial ao logradouro público que especifica e dá outras providências”. **Leitura da Moção de Aplausos: Moção de Aplausos nº 29/2024 (autoria do Vereador Edson Agostinho de Castro Carneiro):** “Para com o jovem Messias Martins Gonçalves”. **Leitura das Indicações: Indicação nº 1084/2024 (autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo), Indicação nº 1085/2024 (autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo), Indicação nº 1086/2024 (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos), Indicação nº 1087/2024 (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos).** O Vereador Fernando Sampaio disse que iria falar os nomes da Comissão Especial que o Presidente deixou nomeada, sendo ela composta pelos Vereadores Manoel Douglas, Fernando Sampaio, José Antunes. Posteriormente solicitou cinco minutos de intervalo para que a Comissão desse parecer do Projeto. **A reunião ocorreu com intervalo para parecer da Comissão. Leitura do Parecer: Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024 (autoria dos Vereadores Marcelo Monteiro Macedo, Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Adimar Jose Cota, Mauricio Antonio Borges Andrade e Silva, Fernando Sampaio de Castro, Pedro Ulisses Coimbra Vieira, João Bosco Cerceau Ibrahim):** “Altera o artigo 95 da Lei Orgânica Municipal, inserindo o inciso III no referido artigo”. **O Vereador João Bosco solicitou assinatura. O Presidente submeteu o Projeto de Emenda em primeira**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2024 (autoria dos Vereadores Marcelo Monteiro Macedo, Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Adimar Jose Cota, Mauricio Antonio Borges Andrade e Silva, Fernando Sampaio de Castro, Pedro Ulisses Coimbra Vieira, João Bosco Cerceau Ibrahim): “Altera o artigo 113-A na Lei Orgânica do Município de Mariana-MG, que institui o orçamento impositivo, e dispõe sobre a execução orçamentária e financeira da programação, incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual”. O Vereador Ricardo Miranda lembrou que o Orçamento Impositivo foi um Projeto de sua autoria que tiveram o prazer de poder apresentar a Câmara de Vereadores que não existia no município de Mariana, dessa forma obtiveram êxito na aprovação e votação do Projeto por unanimidade, mas que com o decorrer do tempo foram apresentadas Emendas e que gostaria de ressaltar na questão da primeira Emenda, onde realizaram uma Emenda Coletiva, contando com ele, a Vereadora Sônia Azzi, o Vereador Marcelo Macedo, o Vereador Adimar Cota, e o Presidente onde iriam adquirir uma farmácia móvel que iria ajudar muitas pessoas do distrito, que muitas vezes precisam sair do distrito para vir até a sede e fazer aquisição desses remédios. Destacou que a farmácia móvel seria de grande utilidade para poder atender a essas demandas, além disso seria uma demanda, da qual a Vereadora Sônia Azzi, ele e o Vereador Adimar Cota deram cem por cento do orçamento para a aquisição do veículo, da qual tiveram reuniões e o secretário sempre fazendo com que a construção do Projeto não fosse finalizada, como de fato até hoje não foi. Disse que no seu entendimento se o Vereador faz uma destinação de uma Emenda Impositiva para a aquisição de um ambulância, um caminhão de bombeiros, seja lá qual for a destinação, acredita que não pode desconstruir o objeto da emenda impositiva como foi feito, que no caso, fez com que a sua proposta fosse de uma outra forma, sem ser com a aquisição deste veículo. Disse que não pode durante todo seu mandato e não divulgou nenhuma das Emendas que fizeram devido a questão de não ter repassado ou feito a aquisição daquilo que mais necessitavam no momento, que foi algo que foi construído não pelo Vereador e sim pela comunidade. Disse que é um projeto que veio abrir ajuda para todas as associações do que tem no município que era algo que era restrito, somente ao Executivo e conseguiram dar essa liberdade para toda a Câmara de Vereadores para poder apresentar, até porque os Vereadores são o que possuem de mais próximo da população. Disse que já entendia que o Orçamento Impositivo, como o nome já diz, é impositivo e que o Executivo já deveria ter feito essas emendas. Manifestou seu voto favorável a emenda, além disso, que sabem que muitas das associações estão com problemas devido a suas contas, o que não impedia de ter adquirido no caso da farmácia móvel, o veículo e poder estar atendendo a população. Deixou crítica, destacando que através do Projeto apresentado hoje, essa Emenda, nas próximas legislaturas devem ser respeitadas as emendas impositivas dos Vereadores, além disso que façam cumprir a Lei pois sabem que na cidade existem Leis aprovadas que não são cumpridas, como a proibição dos fogos de artifício que é uma lei que foi votada e aprovada por todos, que ainda não se cumpre, pois sabem que ainda falta fiscalização, vontade e interesse em que as Leis do município precisam

[Handwritten signatures in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ser cumpridas independente de quem seja que esteja descumprindo. Pela ordem, a Vereadora Sônia Azzi parabenizou o Vereador Ricardo Miranda por esse Projeto, destacando que todos votaram e foram unânimes, além disso, que sente uma tristeza por não terem conseguido, tendo em vista que doou sua verba impositiva de cem por cento e questionou se irá continuar ano que vem com essa emenda ou perde-se nesse ano que irá ficar. O Presidente disse que iria perguntar ao jurídico mas que acreditava que seria a partir do momento em que a Lei fosse votada. Disse que ao indicar uma determinada instituição, se até aquele prazo não tiver pode indicar outra, mas que não sabia sobre as anteriores. O Vereador Fernando Sampaio disse que ele e o Vereador Borges fizeram uma para a compra de um automóvel, sendo o valor de quatrocentos e quarenta mil, sendo destinadas cem por cento de sua emenda da saúde e cem por cento da do Vereador Maurício Borges e até hoje não foi comprado em dois mil e vinte e três. Disse que o Secretário Germano já veio várias vezes dizendo que iria resolver mas que ficou somente na conversa porque quando se quer resolver, resolve. Disse que sobre a farmácia móvel, deveria ter como executar porque estavam recebendo demandas de distritos e que as pessoas estão consultando mas os remédios não estavam chegando até o paciente do distrito. O Vereador Ricardo Miranda disse que gostaria de reforçar uma fala do Vereador Fernando Sampaio porque no ano passado Ouro Preto adquiriu uma, sendo que é muito parecido territorialmente com Mariana. Disse que esteve no local com o Secretário da época e que conseguiram adquirir através da emenda impositiva. Disse que sabem que tiveram todo o trâmite por questões políticas, mas é o que deixa triste em relação ao orçamento, porque quem perdeu foi o município. O Vereador José Antunes disse que ficou acordado com o Secretário que iria fazer e que até hoje não tiveram a resposta, O Vereador Ronaldo Bento disse que mesmo tardiamente que assim está sendo apresentada essa emenda constitucional em cima desse Projeto de Lei. Projeto que foi motivo de grandes debates, Projeto do Vereador Ricardo Miranda, que de forma incansável lutou para que fosse aprovado. Disse que em sua concepção faria mais um arranjo dentro desse projeto a se responsabilizar de acordo com a nova lei que entrou em vigor em dois mil e vinte e dois em abril que responsabiliza igualmente os senhores secretários em cima da ineficiência e responsabilidade com a coisa pública e dentro dessa emenda, em sua concepção deveria ter responsabilização aos senhores secretários dentro do que está sendo proposto, exatamente para que não comentam erros conforme o que está sendo feito, porque no momento em que se tem esse ato de responsabilidade como tem hoje a nova lei de improbidade administrativa, ela responsabiliza o Chefe do Poder Executivo, se ele tiver dolo que é o instituto ou um tipificado na culpa que é imprudência, imperícia e negligência. Disse que nesse feito deveriam colocar a responsabilização ao manto dos ombros dos senhores secretários que muitas das vezes deixam de cumprir determinada emenda com fita aquele cidadão, Vereador representante desta Casa, não ser do partido, não ser bandeira partidária e traça o índice de politicagem. Disse que quando se debruça sobre a normativa, não tem que aquiescer, deve-se cumprir a norma e que teve uma emenda destinada a retomada das obras da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Rosário, onde perdeu entre sessenta a setenta por cento para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

retomada das obras da UBS Rosário, que está a áureos tempos parados, já deteriorado e hoje com a monta de mais de três milhões gastos naquela obra de orçamento público e se tiver que devolver será algo na monta de quase três bilhões, ou seja, dizer que não teria responsabilidade também não quer crer porque ali foi demonstrado é cobrado, para que apresentassem as emendas impositivas até trinta de outubro para que as secretarias pudessem apreciar se todas elas são passíveis de execução, uma vez não voltando para que seja destinada no ano corrente para que ele possa destinar a outra entidade. Disse que uma vez que aquiesceu e manteve no silêncio entende-se por necessário que está de acordo e que o não cumprimento tem que se debruçar para a sanção do não cumprimento e hoje essa Lei traz essa normativa. Disse que essa votação de hoje traz isso uma emenda proposta pelo Vereador Marcelo Macedo que se debruçou e fez esse brilhante texto para que possa resguardar esta Casa de Leis, ou que deva estar constando também a responsabilização do Secretário como hoje, é responsável de forma concorrente com o Chefe do Poder Executivo. Disse que trazendo essa responsabilização, que seja no campo solidário, ou que seja no campo pessoal, ele não terá que olhar para a alguém e dizer que não irá cumprir sua emenda porque não quer, como hoje está acontecendo. Disse que se ele não cumprir irá sofrer as agulhas da Lei, podendo ser cassado dentro deste Plenário, se de fato não cumprir cabalmente e fielmente a Legislação Orgânica e o Regimento Interno. Disse que ele iria ainda um pouco mais e colocaria a responsabilização sobre os ombros de quem também tem essa responsabilidade que são os senhores secretários. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo disse que gostaria de parabenizar o Vereador Ricardo Miranda que trouxe esse Projeto de Lei para a Casa e que é um Projeto de Lei importante para a instituição Câmara porque dá a liberdade dos que não tinham no orçamento impositivo. Disse que houve o entendimento dos quinze Vereadores e que o Projeto de Lei do Vereador Ricardo Miranda tornou-se realidade, mas também observaram na execução, que houve momentos em que perdeu o valor de duzentos e cinquenta mil reais e deixou de indicar para alguma instituição porque não foi executado e existem outras emendas de colegas que não foram executadas, assim explicou o porquê de fazer essa emenda agora na lei orgânica, que é para indicar que precisa ser cumprido Orçamento Impositivo e existem as sanções porque se não, fica muito tranquilo, o prefeito irá mandar se quiser. O Vereador Marcelo Macedo disse que colocaram datas de que as instituições têm o prazo para apresentar todas as documentações e que deve estar regular, além disso, caso a instituição não apresente, o Vereador pode passar para outra instituição. Posteriormente disse que com relação às emendas, no final de junho, precisam ser todas empenhadas e ficar em resto a pagar porque assim não correm o risco de perderem suas emendas. Disse que o que está proposto nesta emenda à Lei Orgânica fecham mas que podem encontrar na execução para o ano de dois mil e vinte e cinco e podem se deparar com alguma questão que precise melhorar. Disse que a execução, como ficou falha, não pelo executivo, não pelo legislativo, só que o que estava no Projeto de Lei das Emendas Impositivas não foram cumpridas, mas que agora orientará muito bem o Executivo, que está na Lei e Lei é para ser cumprida. Disse que melhoraram a Lei que precisava de alguns ajustes do que não

Emenda,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

foi cumprido e assim a Câmara avança na questão do Orçamento Impositivo porque deverá ser analisada com cautela e o Executivo sabe que terá que cumprir o Orçamento Impositivo porque existem sanções. Parabenizou o Vereador Ricardo Miranda destacando que foi um projeto importantíssimo para essa Casa de Leis, pois ele apresentou o Projeto que veio para esta Casa e em dar a oportunidade de cada Vereador fazer o seu trabalho e não precisar pedir ao prefeito para uma ou outra instituição. O Vereador Ronaldo Bento, disse que gostaria de pedir ao presidente por questão de redação se poderia incluir nessa votação os secretários. O Presidente disse que estava sendo votado em primeira e que poderiam colocar em segunda e terceira votação. A Vereadora Sônia Azzi disse que tudo que se passa é votado entre eles e que o Projeto do Vereador Ricardo Miranda quando veio para o Plenário veio com a improbidade administrativa desta Casa e que seria punido o Executivo. Disse que essa emenda veio a florear o projeto do Vereador Ricardo Miranda e que acredita que se ela, ou o Vereador Ricardo ou o Vereador Ronaldo Bento fossem do governo teriam punição. O Vereador Manoel Douglas disse que a Lei de emenda impositiva já constava a responsabilização e improbidade administrativa e que cabe um Requerimento porque quando foi criada a Emenda Impositiva é criado no orçamento a ficha de dois por cento para as emendas impositivas questionar para que os secretários possam responder. Questionando o que foi feito com essa ficha se foi anulado, onde foi transferido e que cabe a eles fiscalizar. Disse que cabe um Requerimento desta Casa para que os secretários possam responder de todas essas emendas, o que foi feito com as fichas das emendas impositivas, sendo uma forma de fiscalizar. O Vereador João Bosco disse que principalmente na área da saúde quase noventa por cento não foi cumprida, sendo dois anos consecutivos e nem sequer informam sobre a verba se poderão fazer ou não. O Vereador Marcelo Macedo disse que não conseguiu entender o que a Vereadora Sônia Azzi quis dizer. A Vereadora Sônia Azzi esclareceu que geralmente, no Plenário existem "partidos e partidos" e quando é favorável ao governo ele é votado. Disse que quando eram suas leis, não eram passadas e fica entristecida em ver esse Plenário votar contra suas leis porque eram leis boas como a de todos e que se calou porque era engolida pelo sistema. O Vereador João Bosco disse que não pelo Plenário, mas pelas Comissões. Disse que hoje poderia falar de livre e espontânea vontade o que sentia realmente nesta Casa e que foi deixada de lado pelos colegas, que suas leis não passavam. Disse que era legisladora como todos e que aprendeu e que a cada tombo se levantava e se sentia mais forte. Destacou que não precisa do dinheiro da Câmara e que realmente quer fazer pelo povo e que suas leis não passaram porque existiam pessoas que lutaram para que não passassem. Disse que no ano que vem seria vice-prefeita, somente com um mandato porque foi perseverante e que lutou bravamente. O Vereador João Bosco disse que não foi o Plenário que fez isso com ela, mas as Comissões que não deixaram passar. A Vereadora Sônia Azzi disse que a Plenária também porque se houvesse boa vontade na Câmara, poderia o Presidente levar para discussão em Plenário, mas que não levaram porque era um Projeto bom para a população e por isso não deram vez e voz para ela, mas que no ano vindouro não estaria junto deles, mas que estava aprendendo a lidar com eles. O Vereador Marcelo Macedo disse que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

não conseguiu entender o porquê da Vereadora ter dito que hoje poderia falar e que enquanto Vereadora sempre teve vez e voz nesta Casa e se não falava era porque não queria falar e que ainda bem que a Vereadora chegou até o final de seu mandato, representando a população marianense. Posteriormente o Vereador Marcelo Macedo disse que os Projetos que a Vereadora estava reclamando da a entender que existem Vereadores enquanto homens tirando o seu direito porque se o Projeto não passou é porque possui alguma irregularidade. Disse que é uma Comissão que trabalham e que precisam respeitar cada um da Comissão porque foram nomeados para a Comissão permanente para julgar todos os Projetos de Lei que aqui chegam. disse que não vê que ninguém estava perseguindo ela por ser mulher e por ser mulher sempre teve voz e vez e talvez em alguns momentos são tomados pela raiva e queremos descarregar nos colegas. Disse que o projeto de emenda à Lei Orgânica fizeram para a instituição Câmara e que estiveram sentados vários Vereadores discutindo e assinando as Emendas e que não fizeram nada para chegar aqui. Posteriormente disse que a Vereadora teve emendas que não foram cumpridas, assim como ele e independente de ser oposição ou situação não possui dificuldade e que era desnecessário porque a Vereadora estava acusando colegas. Disse que fez a pergunta porque não entendeu e sabem que ela é a única mulher, mas que seria maravilhoso se a metade fosse mulheres, mas que infelizmente é um processo e quem voltou ou não voltou teve seu trabalho feito durante a eleição e durante o mandato e que ficou sem entender. Disse que sempre teceu elogios a Vereadora por ser a única mulher, mas que a situação da Vereadora ocorria com Vereadores também. A Vereadora Sônia Azzi disse que os pareceres precisavam ser favoráveis e todos que fossem favoráveis do seu jurídico, da Casa e da Rita, não passavam e que existem três pareceres precisam ser levados a Plenário. O Vereador Marcelo Macedo disse que todos os Vereadores possuem seus assessores e que às vezes o parecer do assessor será diferente do parecer do procurador da Casa e que talvez não vai ser o parecer que a Vereadora quer, mas a Comissão pode falar sobre isso. A Vereadora Sônia Azzi disse que não concordava com a fala do Vereador e que se dava por satisfeito com o esclarecimento da Vereadora. O Vereador José Antunes disse que gostaria de deixar claro que os projetos que teve dúvida votou de acordo com o jurídico da Casa. O Presidente solicitou que o Procurador da Casa explicasse sobre o questionamento da Vereadora. O Procurador da Casa, Cor Jesu disse que a questão do orçamento desta emenda impositiva está inserida dentro do Orçamento deste ano e que tiveram um ponto dois do orçamento e cada Vereador sabe os valores que foram destinados aquela emenda que não foi cumprida foi dito em alto e bom som pelo secretário de planejamento na época, juntamente com a assessora contábil, respeitando a lei 4.220 que ficariam em restos a pagar, então nada impede, mesmo sendo a vice-prefeita juntamente com Juliano Vasconcelos fazer a percepção e auxiliar os Vereadores nessa cobrança da execução porque foi empenhado e destinado, estando inserido no orçamento, que foi votado para o ano de exercício de dois mil e vinte e quatro e não obstante aqueles Vereadores que tiveram seus mandatos encerrados por não ter tido êxito nas urnas por questões partidárias e que também suas emendas estão inseridas no orçamento e deverão ser cumpridas a exemplo do Vereador João Bosco, do Vereador Ricardo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Miranda, do Vereador Adimar Cota e então, a partir do contábil é muito simples e matemática, porque estão diante de um Projeto de Lei novo e sabia que iriam enfrentar problemas tanto no legislativo, muitas discussões para acertar e votar e depois na execução. Disse que tiveram a infelicidade de ter a troca do chefe do Executivo, ter a troca de secretários de planejamento de saúde e etc, mas o orçamento é destinado, é empenhado e não pode ser gasto. Dessa forma se vai passar em resto a pagar precisa ser executado e que o que estão fazendo agora, enaltecendo o Projeto do Vereador Ricardo Miranda, que é um Projeto que trouxe das emendas impositivas, que estão aprimorando porque sentiram falta, para que possam ter na lei orgânica dispositivos de punição, sendo que é público e notório que o Decreto Lei 201 de 1967 pune prefeito por improbidade administrativa, por infração político administrativa no âmbito do município e o judiciário também por crime de responsabilidade. Disse que o que acontece às vezes na confusão do Legislativo com o Judiciário é que tiveram Vereadores nesta gestão, nesse mandato que denunciou ao Ministério Público a não obrigação de cumprir o orçamento, ou seja, a falta de zelo do Chefe do Executivo em não cumprir o orçamento, no pagamento das Emendas Impositivas, que se viu apertado com a questão e foi ao Ministério Público, sendo que o promotor manifestou sobre a denúncia, dizendo que a matéria Interna Corporis, que diz respeito apenas ao Legislativo, dessa forma, o Legislativo necessita de ferramentas para trabalhar a questão, sendo que a ferramenta é aplicar o Decreto Lei 201 que já vem disciplinando que basta chegar uma denuncia na Casa para que os Vereadores apreciem essa denúncia, instaure uma Comissão Processante de acordo com o artigo 4º e artigo 5º do Decreto Lei 201 para efetivar a punição ao Chefe do Poder Executivo. Disse que a matéria é tão simples para o Chefe do Executivo e de tão bom tom que se o Vereador apresenta uma Emenda Impositiva cinquenta por cento obrigatoriamente é para a saúde e os outros cinquenta por cento para as instituições que prestam serviços voluntários, filantrópicos que não tem fins lucrativos a comunidade, seja na área social, na área da educação, ou na área da saúde, sendo justo cumprir a emenda impositiva do Vereador. Disse que ao assumir como prefeito, Juliano Vasconcelos se aterá ao secretário para saber o que restou das emendas impositivas e o que tem que efetuar de pagamento, de forma a liberar o pagamento, porque a partir de abril já devem estar empenhando as emendas aprovadas para o exercício de dois mil e vinte e cinco. Disse que para acalantar a Vereadora Sônia Azzi sobre seus Projetos, nenhum teve parecer contrário, nem jurídico e nem contábil e as Comissões não chegaram a manifestar parecer sobre esses projetos e que discutido na Comissão e a Comissão enfrentando nuances de dificuldade para a aplicabilidade do Projeto, chamaram atores da administração e esses atores é que acabaram dificultando ou dizendo que não é viável. Disse que se lembrava de dois projetos da Vereadora das escolas e do ônibus das mulheres que tiveram pareceres favoráveis e que sua aplicabilidade e viabilidade que ficou um pouco confusa na questão orçamentária e assim não houve rejeição. A Vereadora Sônia Azzi disse que concordava mas que ficou chateada porque ninguém a procurou para dizer que o seu projeto não havia passado porque a Comissão achou inviável e que ele possuía estudos a serem feitos. **O Presidente submeteu o Projeto de Lei em primeira discussão e votação,**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

sendo aprovado por unanimidade. **Moção de Aplausos Especial nº 29/2024 (autoria do Vereador Edson Agostinho de Castro Carneiro e Fernando Sampaio)** “ Para com o jovem Messias Martins Gonçalves.” **O Presidente submeteu a Moção de Aplausos em única discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade.** Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses disse que gostaria de fazer um desabafo lembrando de reuniões passadas onde tem cobrado sobre a segurança na cidade onde tiveram relatos de Floriculturas furtadas, depósitos de materiais furtados, residências furtadas e que gostaria de dizer que no sábado, dia dezesseis por volta de treze horas sua residência também foi furtada. Disse que foi um baque grande, para quem tem família chegar e ver a casa desorganizada, os pertences e objetos levados, mas que dizia isso não pelos bens materiais mas pela garantia de segurança da família. Dessa forma, todas as medidas e precauções imediatas foram tomadas e gostaria de agradecer a toda a equipe da Polícia Militar, Polícia Civil, equipe que fez a perícia em sua residência e estão trabalhando para buscar os autores do furto, diante disso, disse que passa uma novela em sua cabeça, onde através das imagens das câmeras de segurança de sua casa, mas assim como os policiais que estiveram em sua casa viram as gravações , onde os criminosos estavam armados e que graças a Deus não estavam em casa pois o pior poderia ter acontecido. Disse que achou estranho e gostaria de consultar o Presidente para que dentro da legalidade pudesse contratar algum profissional ou oficial a Polícia Civil para garantir uma maior segurança para ele nesse momento pos mora em lugar distante e o que aconteceu parece que não foi simplesmente um furto porque entraram em sua casa e se entraram sabendo que não tinha ninguém, não entrariam armados conforme gravações. Disse que cobraram muito na Câmara referente a questão de segurança na cidade, sendo lamentável ver pessoas passando por isso. Disse que no momento está com muito medo porque não sabe se foram lá para roubar ou devido a algum cunho político. Disse que até hoje nunca recebeu ameaça como relatou aos policiais, pessoas que o criticasse e que o policial lhe disse no momento que não precisava desse tipo de coisa e nesse caso se sentiu ameaçado por que vem trabalhando muito e quando vê que uma situação dessa ocorreu em sua casa e da forma como ocorreu e por esse motivo está sentindo que sua segurança está ameaçada. Dessa forma, disse que diante de toda a história narrada pedia ao Presidente, dentro de toda a legalidade que consulte o procurador e possa encaminhar ofício para a delegacia de Polícia Civil pedindo segurança maior porque teme pela sua vida, bem como a vida de sua família, sendo um trabalho deles fiscalizar, mas que não sabem o que as pessoas estão pensando deles e do seus trabalhos. Ressaltou que não estava se intimidando, mas que gostaria dentro de toda a legalidade uma forma de garantir uma maior segurança para sua família. Disse que a questão foi revoltante que não quer voltar a sua residência, que gostaria de vender sua casa ou alugar e estar morando em outro lugar. O Presidente disse que era lamentável o ocorrido e que vem ocorrendo com outras famílias na cidade, mas que precisava consultar juridicamente se a Câmara poderia estar realizando, que acreditava que politicamente não poderia, porque deveria ser para todos. O Vereador Ronaldo Bento disse que são solidários a fala do Vereador Pedro Ulisses e que está guerreando na Constituição Federal, Constituição do Estado, que um



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ato dessa magnitude se estende a competência de cada órgão, em que Estado compete aos Deputados Federais e competiria às seguranças da Polícia Civil e Polícia Militar e no caso de Vereadores Municipais compete esse pedido de segurança solicitado por entender que sua vida está em ameaça, compete em dois viés, o primeiro ser oficiado o Presidente que deverá encaminhar um ofício à municipalidade na pessoa do Prefeito e da Secretaria de Segurança Pública para que possa dentro das possibilidades desviar algum Guarda Municipal para fazer a cautela do Vereador se assim necessitar porque compete a Guarda Municipal, mas com relação as policiais, seria de cunho processualmente falando e a juíza se sentisse com prova e materialidade que a honra e a vida estivesse fragilizada. O Vereador Pedro Ulisses disse que esse pedido se faz necessário até que a Polícia Civil encerre o inquérito que foi aberto. Dessa forma, o Vereador disse que iria oficiar o Presidente solicitando apoio e zelo de forma a encaminhar para as autoridades competentes. Seguidamente o Vereador agradeceu a toda equipe do escritório WA Advocacia, que não mediu esforços ficando durante toda a madrugada acompanhando a diligência, assim como toda a Polícia Militar. O Vereador Ronaldo Bento falou sobre a rua João Batista tema esse que já foi debatido por este Vereador com mais de quinze proposições entre indicações e requerimento. Disse que junto a esse TAC que foi firmado nos porões da prefeitura Municipal de Mariana, onde foi destinado quatro milhões para que fosse de fato contemplado toda aquelas mazelas causadas pela empresa Vale. Disse que de forma estranha fizeram esse requerimento de dentro do prazo convencional que está dentro da Legislação, a prefeitura não os encaminhou as respostas que são de suma importância para que possam elucidar e tomar medidas cautelosas em favor dos moradores da rua João Batista onde solicitam o plano de trabalho, o projeto da obra, solicitam o TAC, bem como o valor gasto nessa obra e se o valor de uma obra que está para ser feita da ferrovia ao bairro Liberdade será pago com esse valor da obra da rua João Batista. Disse que cobram o porquê de cercear o direito desse Vereador e não encaminhar os documentos conforme solicitado. Posteriormente disse que tiveram no final de semana evento da Secretaria de Esportes que teve participação junto da rua Yolanda Guimarães, disse que não houve por parte da Secretaria de Esportes a solicitação para utilizar daquele local celebrativo de Santa Rita, onde várias pessoas que ali estavam não respeitavam o gramado que possui de preservação. Disse que não houve o prévio aviso a comunidade sobre a agrimensura e tamanho do evento. Dessa forma, deixou seu descontentamento, pois é necessário enviar ofício comunicando a comunidade para que possam planejar. Seguidamente o Vereador Ronaldo Bento disse que faria emenda, pois precisam ter zelo com as emendas, pois no futuro podem ser problema porque ao direcionar uma emenda precisa compreender todo dinamismo de filantropia, de social para onde é destinado e dizia isso porque foi surpreendido por três famílias que procuraram a Casa Sementes do Amor e que todas as três famílias disseram que não teria vaga pública, ou seja, não teria mais vagas e o valor para a cautelar seria algo acima de mil reais. Disse que é algo de estranheza do Vereador e que pediria a prestação de contas dessa instituição. Por outro lado diz que vê a Coterem que faz de forma totalmente gratuita e com plano de recuperação análoga. Salientou que não podem expelir emendas sem maior

Ulisses

[Signature]

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

critério porque existe valor social aparado. O Vereador Manoel Douglas disse que destinou algumas emendas a Casa de Apoio Sementes do Amor, sendo função da casa fiscalizar, para que possam avaliar a quantidade de atendimento para tentar identificar se há irregularidade, mas que não sabe a quantidade que é atendido na Coterem e na Casa de Apoio, sendo necessária a fiscalização. O Vereador Ronaldo Bento disse que não quis dizer que a Casa está trabalhando em descompasso com a normalidade, mas que dinheiros que são destinados a instituições que tem o poder de cobrar dos dependentes ou de qualquer outra instituição que deve ser melhor fiscalizado porque não podem deixar pessoas com critérios de vulnerabilidade como assim chegou para ele, sendo necessária uma fiscalização. O Vereador Manoel Douglas disse que precisam pensar nas famílias, mas que precisam apurar em caso de dúvidas. Seguidamente disse que recebeu de algumas pessoas nas redes sociais cobrando solução para a quadra da Cartuxa em que estão perdendo mais da estrutura, pois está sendo danificada a parte de cima. Disse que a situação vem se complicando e que não é por falta de cobrança. Disse que querem cobrar de forma imediata do Secretário de Obras Leo, pois é a única quadra de uso exclusivo dos bairros que chamam de complexo Cidade Alta, que é utilizada de forma exclusiva para toda a comunidade e além do risco da quadra, existe o risco para os moradores ao lado da quadra. A Vereadora Sônia Azzi disse que esteve no local, que existe risco para os moradores e que a quadra está suspensa, solicitou que a comunidade fosse olhada pois se preocupa com a comunidade. O Vereador Manoel Douglas disse que é uma causa que precisam defender o quanto antes sendo uma pauta de todos os Vereadores. PALAVRA LIVRE. Encerramento: Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos.